

# GLOBALIZAÇÃO E TEORIA SOCIAL CONTEMPORÂNEA: UM ENSAIO METODOLÓGICO

*Daniilo Arnaut<sup>1</sup>*

**RESUMO:** O propósito deste artigo é discutir alguns dos desafios metodológicos enfrentados no desenvolvimento de minhas pesquisas sobre a problemática da globalização nas ciências sociais. O que segue, contudo, não corresponde a um conjunto de teorias, teses ou diagnósticos a respeito da globalidade emergente. De certo modo, aliás, a globalização, em si, nem mesmo constitui o objeto principal desta reflexão: a intenção é investigar as trilhas de pensamento e sensibilidade percorridas pelos estudiosos da globalização – em especial, Octavio Ianni e Ulrich Beck, que foram os escolhidos na composição do recorte investigativo. Esta reflexão será dividida em quatro partes. Primeiro, trato da própria construção do objeto da pesquisa. Em seguida, cabe abordar também a construção da própria pesquisa. Com base nisso, procuro compartilhar algumas das dificuldades procedimentais no trato dos escritos trabalhados, buscando apresentar alguns caminhos metodológicos para o seu enfrentamento e também para a compreensão do seu *status* teórico-epistemológico. Por fim, reflito sobre a prática interpretativa de explicações sociológicas como as abordadas aqui.

**PALAVRAS-CHAVE:** Globalização; Metateorização; Teoria Social; Metodologia.

**ABSTRACT:** This paper examines some of the methodological research challenges, which have been clearly present within the field of the sociology of globalisation. What follows does not represent an amount of theories, thesis or diagnosis related to the emergent globality. In a certain way, even the globalisation itself does not constitute this reflexion's main issue. The aim is to investigate the paths of thought and sensibility

---

<sup>1</sup> Doutorando em Sociologia pela Unicamp. As pesquisas mencionadas contaram com o apoio institucional do CNPq e da CAPES. E-mail para contato: daniloarnaut@gmail.com.

throughout the globalisation studies, and particularly within the works of Octavio Ianni and Ulrich Beck. These observations will be laid in the present paper in four steps. First, I will present the construction of the research object. In the second part, I will focus on the construction of the research itself. The third part explores some difficulties related to the work upon texts such as those of this research *corpus*. Here I would like to discuss some methodological paths, which I have tried to follow as well as the theoretical and epistemic status of the mentioned writings. Finally, the sociological interpretation and writing in this particular work are the issues of the fourth part.

**KEYWORDS:** Globalisation, Metatheorizing, Social Theory.

O propósito deste artigo é discutir alguns dos desafios metodológicos enfrentados no desenvolvimento das minhas pesquisas no âmbito dos debates sobre a globalização nas ciências sociais. O que segue não corresponde a um conjunto de teorias, teses ou diagnósticos a respeito da globalidade. De certo modo, aliás, a globalização, em si, nem mesmo constitui o objeto principal desta reflexão: a intenção é investigar as trilhas de pensamento e sensibilidade percorridas pelos estudiosos do fenômeno – em especial, Octavio Ianni e Ulrich Beck, que foram os escolhidos na composição do recorte investigativo. Esta reflexão será dividida em quatro partes. Primeiro, trato da construção do objeto da pesquisa (I). Em seguida, cabe abordar também a construção da própria pesquisa (II). Com base nisso, procuro compartilhar algumas das dificuldades procedimentais no trato dos escritos trabalhados, buscando apresentar alguns caminhos metodológicos para o seu enfrentamento e também para a compreensão do seu *status* teórico-epistemológico (III). Por fim, reflito sobre a prática interpretativa de explicações sociológicas como as abordadas aqui (IV).

## A COGNIÇÃO DE PROCESSOS GLOBAIS COMO OBJETO

Já existem bons trabalhos sobre a história do debate a respeito da globalização, ou de caráter introdutório ao tema, sob diferentes abordagens<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> Entre eles, destacam-se Ortiz (2009), Robertson (2001), Berking (2008), Beck (1997), Ianni (1994), Rehbein e Schwengel (2008), Engel e Middell (2010), Martell (2010), Sassen (2007), Brock (2008), Santos (2002), Steger (2003), Kreff *et al.* (2011).

Mas é curioso notar que as referências conceituais e bibliográficas, conquanto numerosas, variam relativamente pouco. Há um número reduzido de trabalhos que de fato orientam o debate – e isso é evidente a tal ponto que parte dos comentadores são também autores! Assim, tendo em vista esse quadro, não me parece frutífera a ideia de elaborar um novo “panorama” do debate. É claro que eu poderia reivindicar o álibi do afastamento no tempo, mas ainda assim talvez não fosse capaz de dissipar a nuvem babélica em que se transforma o debate quando, sobretudo a partir dos anos 1990, os pesquisadores se convencem do caráter efetivo dos processos globais e começam a esforçar-se para qualificá-los. Com efeito, a confusão é tamanha que até mesmo uma palavra ou uma expressão podem ter significados bastante distintos em textos produzidos num mesmo período.

Diante dessa dificuldade, o que poderia ser feito? Ora, a própria “babelização” em que se insere o debate já seria, talvez, um recorte. Mas trata-se de um tema demasiado amplo e que requereria, respeitando-se o rigor de uma pesquisa detida, intermináveis análises comparativas, cuja propriedade seria sempre alvo de questionamentos, já que envolveria complexas e, no limite, insolúveis dificuldades de tradução. O que denomino aqui, e muito livremente, “o problema das palavras” envolve, não obstante, uma questão basilar. Como ensinam alguns estudiosos da linguagem, nomear significa categorizar. Ou seja, quem dá nome a algo, materializa, em sons ou escrita, um pensamento. Assim, por exemplo, um livro qualquer poderá ser percebido por alguém como um “livro” à medida que essa pessoa tenha em mente categorias que lhe permitam, após captar a existência de um objeto determinado, compreendê-lo como um “livro”; nessa mesma linha, este poderá também ser enunciado como um “livro”, na medida em que o falante (ou escritor) disponha do termo “livro”, ou equivalente, em seu patrimônio lexical. De modo extremamente resumido, essa é uma das maneiras de se descrever aspectos relativos à cognoscibilidade do ente “livro”<sup>3</sup>. Assim também, sendo vista como uma

---

<sup>3</sup> Essa abordagem da problemática da cognição de um ponto de vista linguístico é demasiado sucinta. Ela destina-se apenas a tornar mais palatável a apresentação do modo pelo qual a cognoscibilidade de processos globais pode ser trabalhada como um objeto da investigação sociológica. Entre as referências clássicas, é possível recordar os trabalhos de Barthes (1965), Bourdieu (1982), Derrida (1996), Ducrot (1980), Orlandi (1990, 2007), Saussure (1916), entre outros.

“novidade histórica”, a globalização precisava ser qualificada, nomeada, categorizada e, precisamente por isso, era necessário que houvesse empreendimentos no sentido de sua cognição. Esse é um ponto. Nomear a globalização, os processos globais e aspectos envolvidos significa tentar compreendê-los. Mas há um elemento do qual não se pôde ainda escapar: o fato de que o objeto dos estudos globais é, no limite, “o mundo”. E, como ninguém é capaz – ao menos em princípio – de conhecer “o mundo” e tudo que há nele, também a globalização, enquanto objeto de pesquisa, seria, *a priori*, uma implausibilidade.

Esse paradoxo que envolve o conhecimento de algo aparentemente insondável foi o que me motivou a realizar essas pesquisas. Ora, malgrado uma impossibilidade manifesta que caracteriza a apreensão do fenômeno em sua dimensão efetiva, saltava aos olhos o fato de que os investigadores que encabeçaram os estudos globais não eram neófitos entusiastas. Ao contrário, eram pesquisadores experientes, não raro (muito) renomados, tendo sido autores de obras relevantes e amplamente conhecidas. A despeito de eventuais incompreensões e até mesmo fissuras em suas reputações, de um modo geral esses autores conseguiam abordar a problemática da globalização tendo em vista a força e o impacto das transformações e, com base no que conheciam, isto é, no patrimônio intelectual que haviam acumulado em décadas de estudo e pesquisa, puderam, cada qual a seu modo, explicar alguns de seus aspectos, prever desdobramentos, qualificar o caráter das transformações envolvidas. Não diziam tudo, mas sempre diziam alguma coisa.

Esse substrato de aparentes paradoxos parecia apontar para uma dimensão ainda não investigada pelas ciências sociais: a própria cognoscibilidade dos processos de globalização. Do ponto de vista sociológico, isso significa escapar ao tom histórico-narrativo da maioria dos bons trabalhos de balanço do debate (algo como: o autor X combateu a ideia do autor Y, que haveria supostamente compreendido mal um dado fenômeno, mas logo após Z propôs uma solução que se mostrou mais adequada etc.). Por outro lado, um recorte baseado na própria cognoscibilidade dos processos globais permitiria rejeitar ainda a forma enciclopédica de certos trabalhos, interessados mais em elencar

as contribuições, teorias, conceitos, diagnósticos etc., e menos em situá-los no conjunto de reflexões produzidas. (Contribuições como estas últimas têm, é claro, certa utilidade introdutória, mas costumam padecer de enorme superficialidade e de alguma falta de “espírito”.) O objetivo deveria ser distinto: recuar às condições de possibilidade de elaboração dos trabalhos que, em conjunto, estavam fundando um novo campo, cuja identidade tem sido cada vez mais estavelmente afirmada: a Sociologia da Globalização. Sim, a ideia de investigar as possibilidades de cognição da chamada globalidade permitiria, e permitiu, situar a reflexão no campo do que se poderia chamar de uma Sociologia do próprio conhecimento sociológico.

*Estudar o que denomino cognoscibilidade de processos globais significa fundamentalmente perscrutar os elementos que orientam a inteligência dos fenômenos globais e a criação sociológica ali envolvida.*

E como isso poderia ser feito? Essa é uma questão que ainda persiste: a realização dessas pesquisas envolveu algumas tentativas de operacionalização metodológica malogradas, mas houve aquelas que surtiram algum efeito. Voltemos os olhos por alguns momentos a esse *modus operandi* da investigação.

## **SOBRE A CONSTRUÇÃO DA PESQUISA**

Um objeto como a cognoscibilidade de processos globais deve, certamente, envolver o exame de tentativas de cognição, bem como da criação sociológica que elas suscitam. Na impossibilidade de estudar todos os trabalhos produzidos com esse propósito, coube operar um recorte. Como dito, parecia imprescindível escolher autores que tivessem, por um lado, ao menos tentado elaborar *teorias da globalização* e, por outro, influenciado e marcando o debate sobre a globalização a partir de uma visão integrativa. Nesse sentido, selecionei dois deles – Octavio Ianni e Ulrich Beck. É claro que o fato de serem dois implica o dobro do trabalho e dificuldades multiplicadas, mas esse recorte permite estabelecer,

por outro lado, uma certa “alteridade” que representa, de um ponto de vista metodológico, a possibilidade de acompanhar trilhas distintas de pensamento e sensibilidade de maneira a estabelecer contrapontos. O termo “contraponto”, aliás, é fundamental aqui. Primeiro, enquanto um pesquisador situado em um certo ponto dessa globalidade (em local, campo intelectual e realidade social específicos), seria ingênuo pensar que eu poderia posicionar-me de maneira equânime em relação a cada autor. Além do mais, coerente com a própria construção deste objeto de estudo, deve-se considerar que cada autor se vale de suas próprias categorias, pontos de vista ou recursos de imaginação – e, até mesmo quando as referências parecem ser as mesmas, os caminhos tomados podem ser muito díspares. Em suma, o trabalho com dois autores permitiu manter à vista o fato de que a cognição de fenômenos sociais, e particularmente os planetários, envolve escolhas em meio a uma gama de elementos que possibilitam a inteligência de aspectos desses fenômenos.

Escolhidos os dois autores, pareceu adequado recortar ainda mais o escopo da pesquisa e delimitar um *corpus*. Este foi composto inicialmente de onze textos<sup>4</sup>. A intenção não era enclausurar a reflexão nessas referências, mas, antes, delimitar um material de trabalho condizente com o tempo e os recursos disponíveis. Além do mais, a própria construção do objeto de pesquisa afastava qualquer tentativa de compreender “a obra” de um autor, bem como todas as limitações metodológicas que uma iniciativa desse tipo implicaria. Acreditando que jamais seria possível compreender “um autor” ou “sua obra”, contentei-me em investigar pistas sobre certos elementos que orientavam, em cada um dos casos, a cognição de processos globais, através dos textos produzidos a esse respeito.

## DA ABORDAGEM DO CORPUS

Antes mesmo de construir o objeto de pesquisa de modo satisfatório, a própria análise desses textos a partir de um enfoque como

---

<sup>4</sup> Ianni (1992, 1994, 1996, 2000, 2004) e Beck (1986, 1997, 2002, 2004, 2008, 2010) eram os escritos que constavam no projeto de pesquisa.

esse representou um desafio. É que a simples leitura atenta, fichamentos, tomada de notas, entre outras operações práticas da rotina de pesquisa aprendidas nas cadeiras dos cursos de ciências sociais não se mostravam suficientes. O problema que se apresentava era de natureza modal, era preciso encontrar um modo eficiente de proceder na investigação. Note-se que não se tratava de questionar a maneira pela qual se deveria ler (à moda dos manuais de pesquisa científica), mas sim de como pensar! Era preciso compor um horizonte de ideias que orientassem a construção do *corpus* e permitissem uma certa *atitude de leitura*, uma maneira profícua de enfrentar os escritos e escrever sobre eles.

Pode-se dizer que haja pelo menos duas maneiras predominantes de se trabalhar textos como os enfrentados aqui. Grosso modo, elas podem ser identificadas, no decorrer das últimas décadas, pelos seguintes rótulos: abordagem “textual”, de um lado, e, de outro, abordagem “contextual”.

O que se denomina abordagem textual indicaria, como é de se esperar, um enfoque preferencialmente restrito a textos. Parte-se da ideia de que um determinado escrito comportaria um pensamento, em sentido amplo, e, assim, busca-se compreender a sua lógica interna<sup>5</sup>. Martial Gueroult (1979) chega a afirmar, por exemplo, que a obra filosófica – isto é, um texto filosófico – seria um monumento que abarca ideias de um autor (no caso, de um filósofo), instituindo, assim, uma realidade. Por um lado, é possível questionar se textos expressariam de fato e necessariamente pensamentos dotados de tão estrita coerência. Talvez até haja escritos, especialmente entre os de natureza filosófica, em que seja possível encontrar um sistema interno inteira e rigorosamente coeso e coerente. Não cabe aqui a investigação dessa hipótese. Deve-se considerar, porém, que no caso dos trabalhos de Ianni e Beck, em particular, e também das demais sociologias

---

<sup>5</sup> Essa atitude pode ser encontrada em trabalhos de importantes autores das ciências sociais, especialmente entre aqueles que trabalham com teoria social. Entretanto, parece mais presente em textos filosóficos. No Brasil, há escritos introdutórios a esse olhar rigoroso sobre o texto, em busca de sua lógica interna e, em um sentido particular, sistêmica. Cabe lembrar Victor Golschmidt (1963) e Martial Gueroult (1953, 1979). Não há espaço para tratar dos trabalhos desses autores aqui, pois eles estão situados num debate histórico sobre a legitimação disciplinar de certas formas de pesquisa em história da filosofia; importa, porém, observar seu interesse na compreensão da lógica interna dos pensamentos que estariam materializados nos textos.

da globalização em geral, tal abordagem me parece infrutífera: dificilmente se poderia sustentar que haja, aqui, sistemas dedutivos de causalidades e efeitos, tampouco demonstrações argumentativas suficientemente detalhadas para que se pudesse proceder uma investigação orientada pela suposição de que em algum momento “tudo faria sentido”. Não, os pensamentos desses autores sobre a globalização encontram-se ligados ao curso da história e, como veremos, travam uma luta discreta, mas contínua, com os limites de sua própria percepção. No fundo, tudo está em suspenso, e as sociologias da globalização são também sociologias da mudança.

Contudo, por outro lado, uma certa atitude “textualista” pode revelar-se profícua à medida que orienta a pesquisa, conferindo-lhe um foco mais restrito: a materialidade dos textos. Como mencionado, um autor como Gueroult ensina que, de alguma maneira, uma obra pode ser vista como um monumento que cria, ela própria, uma realidade e a institui. É claro que uma afirmação desse tipo pode parecer abstrusa para um sociólogo. Afinal, é próprio do raciocínio sociológico o embasamento na realidade efetiva. No entanto, a despeito de seus propósitos e conclusões, cabe observar que essa afirmação diz algo sobre a natureza dos escritos abordados. Ora, *diante de um objeto cujo efetivo alcance não é dado à percepção humana, qualquer abordagem intelectual a seu respeito incorre, por princípio, em um certo grau de criação e instituição da realidade*. Nesse sentido particular, é possível compreender a escrita sociológica como um exercício de registro de realidades (de “taquigrafar a máquina do mundo”, diria Octavio Ianni). Mas, atenção: isso não significa que o registro se confunda com “a” realidade. Ele pode ser visto como um espectro da realidade – algo como o conhecido tipo puro ou ideal (*reiner Typus* ou *Idealtypus*) de Max Weber – através do qual é possível compreender (*verstehen*) suas conformações e movimentos, enfatizando algumas de suas características eletivamente<sup>6</sup>. No caso dos estudos sobre globalização em particular, é como se o raciocínio sociológico alçasse voo, despreendendo-se por vezes da solidez dos processos sociais rigorosamente observados, a fim de alcançar uma visão mais ampla e integrativa.

---

<sup>6</sup> Refiro-me aos célebres princípios metodológicos (*Methodische Grundlagen*) da sociologia compreensiva weberiana. Conferir, em especial, Weber (1922, T. 1, I, §1, I, 6).



Um parêntesis. Observar a globalização no âmbito dos debates em ciências sociais implica, a meu ver, considerar uma distinção cara à história da filosofia entre o que se pode denominar realidade efetiva, por um lado, e, por outro, Realidade especular (a consoante maiúscula é proposital). Essa diferenciação permite enxergar ao menos duas dimensões distintas nos estudos sobre a globalização: uma dimensão efetiva do fenômeno e, junto a esta, outra que é preferencialmente conceitual. Através dessa diferenciação é possível compreender como operam outras contraposições mais recentes. Uma delas é a proposta, elaborada por Ortiz, de diferenciação, num campo conceitual, entre o “universal” e o “global”<sup>7</sup>. Também é exemplar o modo como a construção beckiana do conceito de “cosmopolitização”, como uma versão descritiva e dinamizada do projeto filosófico universalista do cosmopolitismo<sup>8</sup>. Em certo sentido, tal distinção entre diferentes realidades

---

<sup>7</sup> Ortiz (2007, 2008) sustenta que o global e o universal são categorias situadas em campos distintos do pensamento e da realidade, embora caminhem de mãos dadas. Ele procura mostrar que as Ciências Sociais, estando amarradas aos seus contextos, têm dificuldades para universalizar a sua explicação, mas que, no entanto, também não podem perder essa “intenção” de universalidade. Dessa maneira é possível repensar o lugar da interpretação dos fenômenos e processos globais, situando o pensamento e a reflexão sociológicos numa posição intermediária. “Os conceitos encontram-se vinculados ao contexto particular da pesquisa, eles são polimórficos e pouco aptos a se universalizarem (a categoria trabalho não se aplica à compreensão das sociedades indígenas nas quais as relações de parentesco predominam). [...] O pensamento sociológico é sempre um raciocínio de entremeio, algo entre o ideal da universalidade (que é necessário) e o enraizamento dos fenômenos sociais. [...] Não resta dúvida de que as ciências sociais se transformam com o processo de globalização. As mudanças em seu objeto, as relações sociais, requerem um novo olhar, a definição de novas categorias de pensamento. Certamente, ao tomar o mundo como tema de reflexão, seu raio de alcance se expande, liberando-se da territorialidade das regiões ou do Estado-nação. Mas seria incorreto imaginar que as análises sociológicas teriam se tornado, por isso, “mais universais” do que no passado. [...] Convenientemente esquece-se que o cosmopolitismo não é um atributo necessário da globalidade, e que o particularismo do pensamento enuncia-se tanto em dialeto, quanto em linguagem mundial, pois, na condição da modernidade-mundo, é perfeitamente plausível, e corriqueiro, ser globalmente provinciano (ORTIZ, 2008: 104-105, 191-194, grifos do autor).

<sup>8</sup> “Minha tese é: a realidade (*Realität*) torna-se ‘cosmopolita’. Precisamos compreender que não há um cosmopolitismo puro [*rein*]: há somente a cosmopolitização, que é deformada. Daí precisarmos de uma ciência social cosmopolita” (BECK, 2006: 252, tradução nossa, grifos do autor).”

origina-se de uma reflexão presente no próprio campo da filosofia do conhecimento. Aqui, pelo menos desde o sensualismo de Locke, há uma busca por distinguir entre o ideal e o possível, em termos próximos aos que mobilizamos contemporaneamente.

Os *sens* [“sentidos”, “sensações”] constituem atributos humanos, ligados ao corpo e à mente [...] de maneira necessária, embora não se confundam. A “realidade” percebida pelos *sens* e, a partir deles, pela mente, não pode ser tomada por “a Realidade”. O que é percebido consiste em uma “efetividade”, forjada numa relação especular (que é a metáfora hegeliana do espelho, *Spiegel*), isto é, mediada pelos limites do corpo e da razão humanos. O cotidiano, os atos, os sentimentos são efetivos (*wirklich*, em alemão), estão sujeitos à intervenção do homem, em maior ou menor medida. “A Realidade” (o termo germânico, deriva do latino: *Realität*) denota aquilo que é, o Ser (*das Sein*), a Natureza, o Universo, o Tempo. O *sens* enquanto sentido, razão de ser, sendo parte do Ser, é *real*; o *sens* como sentido físico ou fisiológico, experiência, sensação, sentimento, sensibilidade, compreensão, julgamento, acepção, e assim por diante, é *wirklich*, isto é, está na esfera da efetividade (ARNAUT, 2012, grifos no original).

Para fechar essa digressão, vale a pena enfatizar que essa distinção ganha muito em identidade na história da filosofia com os escritos de G. W. F. Hegel. Em sua *Enciclopédia* e, mais tarde, também na *Ciência da Lógica*, Hegel sustenta uma das mais fundamentais teses da filosofia, a saber, a de que o efetivo pode ser entendido como auto-efetivação (*das Wirkende seiner selbst*) (cf. HEGEL, 1830, §163)<sup>9</sup>.

<sup>9</sup> A minha leitura deste aspecto da obra de Hegel foi bastante influenciada pelos escritos do prof. Marcos Lutz Müller. Uma apresentação bastante sucinta e elucidativa dessa distinção categórica de realidades pode ser encontrada na primeira nota explicativa à tradução intitulada *Introdução à Filosofia do Direito*, publicada em 2005, que contém parte do conteúdo das *Linhas Fundamentais da Filosofia do Direito ou Direito Natural e Ciência do Estado no Traçado Fundamental* (HEGEL, 1920). Vale, contudo, notar que os possíveis erros de interpretação aqui presentes são de minha inteira responsabilidade.

## 1. O PROBLEMA DA ABRANGÊNCIA

Cabe, nesta altura, observar também a existência uma tônica geral que permeia todo o debate sobre a globalização: a ideia de que os estudos globais devam ser abrangentes e integrativos. Essa é, creio, uma *intenção* necessária. Afinal, sem ela talvez não houvesse estudos globais, nem fosse possível constituir “o mundo” como objeto científico. Essa perspectiva implica, porém, ao menos duas dificuldades teórico-metodológicas.

Primeiramente, criou-se uma falsa impressão de que os fenômenos globais se dariam “globalmente”. Contra isso, há o célebre conceito de “glocalização”, forjado por Roland Robertson (1992) com intuito de sublinhar o fato de que o local e o global não deveriam ser vistos como dimensões excludentes, mas sim como partes um do outro; desde Robertson, tenta-se, com isso, evidenciar que muito do que é global dá-se localmente, e que o local é também um aspecto do global. Embora esse seja um *insight* precioso, os desdobramentos dessa perspectiva “glocal” – muito presentes, aliás, nas obras de Ianni e principalmente de Beck – parecem implicar uma insuficiência analítica na medida em que induzem uma submissão dos complexos fenômenos e processos globais à métrica do espaço. Nesse sentido, um autor como Helmuth Berking observa que situar o global em oposição ao local, ao nacional ou ao regional é analiticamente pouco profícuo. Não faz sentido que estes sejam, em última análise, pensados a partir da categoria do territorial, enquanto aquele é pensado quase exclusivamente em termos de desterritorialização. A formulação, embora aparentemente simples quando reconstruída desse modo, expressa o caminho trilhado por parte significativa das teorias da globalização: “tipicamente ‘sociedade’ e o nacional, assim como ‘mundo’ e a métrica global, são, de alguma forma, soldados nas teorias da globalização” (BERKING, 2008: 133, grifos do autor).

Uma segunda implicação dessa tendência à busca pela abrangência analítica é a impressão – não menos questionável – de que a globalização não passaria de um discurso ou de uma perspectiva discursiva. Essa ideia assenta-se no pensamento de que a globalização, estando além da

capacidade humana de investigação e entendimento, deva ser entendida de forma meramente modal, isto é, como uma maneira de focar a realidade, uma perspectiva discursiva ou analítica, como proposto por Therborn (2001) e, até mesmo, pelo próprio Berking (2002), quando trata a globalização nos termos da emergência de um “discurso de globalização” (*Globalisierungsdiskurs*). Do ponto de vista sociológico, pode-se dizer que haja, de fato, diversos discursos *de* globalização, e também *sobre* a globalização (sim, porque são diferentes), conquanto seja provavelmente ilusório acreditar que a globalização seja produzida fundamentalmente por “discursos globalizantes”.

Parece preferível compreender a globalização, antes, e para além dessas formulações, como um fenômeno da realidade empírica, envolvendo processos, estruturas e relações sociais dessemelhantes, assimétricos e diversos. Nesse sentido, é importante ter clareza de que as categorias sociais de tempo e espaço dificilmente constituem-se como realidades *a priori*<sup>10</sup>, mas expressam marcos estabelecidos historicamente pelo patrimônio cognitivo da humanidade e assumidos pelo pensamento sociológico. Numa situação de globalização, parece-me mais profícuo buscar investigar as relações, processos e estruturas que envolvem, engendram ou coexistem com esses marcos categóricos que estão em constante modificação, (re)configuração, e mesmo desaparecimento.

Mas há, aqui, um porém. Reconhecer que a perspectiva do discurso não é determinante, não significa rejeitar o fato de que ela seja, em certa medida, bastante frutífera. Muito ao contrário. O discurso pode ser uma excelente fonte para a percepção de processos globais, um fenômeno heurístico exemplar. Trata-se apenas de separar o joio do trigo, ou seja, de distinguir entre uma estratégia de investigação, e um motor que desencadeie ou determine por princípio a produção da globalização. Aqui é possível aludir a uma célebre aula inaugural de história dos sistemas

<sup>10</sup> Com efeito, Kant (1787) concebia tempo (*Zeit*) e espaço (*Raum*) como formas *a priori* – o primeiro concebido enquanto forma *a priori* da sensibilidade e o segundo, enquanto condição de possibilidade da experiência. Para um interesse propriamente sociológico, no entanto, dificilmente se poderia tratar o tempo e o espaço enquanto formas anteriores à experiência (*Erfahrung*). Em lugar disso, parece preferível observá-los como categorias cognoscíveis a partir da história, entendida como uma experiência possível.

de pensamento, na qual Michel Foucault afirma que o discurso *produz* a verdade (FOUCAULT, 1970)<sup>11</sup>. Isso significa que, malgrado não esteja comprometido com a verdade (lembremo-nos de que se trata de um texto filosófico), o discurso privilegiaria certos enunciados, marginalizando outros, em contrapartida. Nessa concepção, o fundamental não seria nem a verdade, nem aquilo que compõe esse discurso, isto é, sua substância, mas sim as suas posições em meio às tensões sociais. Do ponto de vista sociológico, ainda que a globalização não pareça ser cognoscível enquanto um mero produto do discurso, a investigação das dimensões discursivas dos fenômenos e processos globais pode ser um importante minador de aspectos heurísticos, através dos quais é possível perceber, atravessando-se a estrutura e o corpo do discurso, as diversas tensões sociais dentro das quais se situam os enunciados, sejam eles privilegiados ou marginalizados, desvendando, assim, o que está na origem das aparências.

## 2. TEORIA SOCIOLÓGICA OU DIAGNÓSTICO SOCIAL? UM RACIOCÍNIO DE ENTREMEIO

Com efeito, tendo em vista os processos globais como objeto, uma amplitude como essa é evidentemente inalcançável no seu à sua investigação empírica. No entanto, seria possível enquadrar os trabalhos de Ianni e Beck (e, mais genericamente, os trabalhos sociológicos sobre globalização) num horizonte estritamente teórico-normativo?

Se a globalização não deveria ser vista apenas como uma realidade discursiva, nem produzida diretamente por algo dessa natureza, ela suscita, com efeito, discursos sobre si própria, elaborados e enunciados em meio às suas dinâmicas. Ora, a presença de discursos provocados pela globalização abarca, ainda que não unicamente, as tentativas de cognição do próprio fenômeno. E a observação desse fato pode conduzir, por sua

<sup>11</sup> Essa noção aproxima-se da proposta de que gueroultiana de que ideias (expressas em palavras e vivas no pensamento suscitado por elas) instituiriam uma realidade. Ao recuperar o discurso foucaultiano, o foco é redirecionado às formas discursivas em sentido amplo. Afinal, o objetivo aqui é observar também pensamentos provocados espontaneamente pelos fenômenos globais, e não apenas sistemas de cognição edificados com rigor.

vez, a um questionamento – discreto e que costuma permanecer intocado nos trabalhos sobre processos globais – a respeito do *status* da escrita sociológica sobre globalização.

O leitor atento talvez tenha se dado conta de que tive o cuidado de evitar, no mais das vezes, o uso da expressão “teoria(s) da globalização”. Ela é frequente nos panoramas do debate, os próprios autores de que tratei aqui mais detidamente utilizam-na em seus textos sem maiores justificativas, e eu mesmo a empreguei diversas vezes nas fases mais iniciais das pesquisas que originaram esta dissertação. Mas, aos poucos, pareceu-me inapropriado tratar a maior parte dos trabalhos sobre a globalização em termos de “teorias”, tomando a palavra num sentido rigoroso.

Tendo em vista que o mundo é um objeto cujas dimensões superam quaisquer pretensões de compreensão total, a inteligência da globalização implica hipóteses sobre o imperscrutável, apostas no alcance da imaginação. Afinal, é pouco provável que se possa captar, de fato, “o funcionamento” do mundo, tampouco sua estrutura (no singular). Diante dessas dificuldades, uma saída é a busca, ainda que nem sempre bem-sucedida, de elementos através dos quais se consiga perceber algumas de suas dinâmicas. Esse é, com efeito, um exercício teórico – malgrado sequer seja possível saber, de fato, se tais elementos contam efetivamente entre os mais decisivos em um dado recorte da questão. Porém, se o que está em jogo é o status dessa prática, será que exercícios teóricos como esses são suficientes para caracterizar teorias? Dito de outra maneira: tendo em vista o tipo de trabalho intelectual predominante no campo da sociologia da globalização, pode-se falar, de fato, em *teorias da globalização*? Ou será que tais trabalhos deveriam ser preferencialmente entendidos como cenários construídos de forma sociologicamente significativa?

Ora, a ambas as questões é possível responder, e com boa margem de acerto, sim e não.

Para refletir sobre esse aspecto, cabe propor um contraponto. Vale recordar que, ao menos desde Robert K. Merton (1949, 1968) é possível trabalhar com a ideia de que teorias sociais não sejam necessariamente universais, nem destinem-se impreterivelmente à explicação de fenômenos

de longo alcance. Para ele, haveria dois planos interconectados, por sobre os quais se poderia avançar: de um lado, um plano de teorias especiais (*special theories*), isto é, mais particulares, das quais se poderiam retirar hipóteses empiricamente verificáveis; de outro, um plano que envolveria um progressivo avanço na direção de um sistema conceitual mais geral e adequado à consolidação de grupos formados por aquelas teorias mais específicas. De modo muito sucinto, essa é a noção mertoniana de teorias de médio alcance (*middle range theory*)<sup>12</sup>. Note-se que um raciocínio como esse, se aplicado às tentativas de inteligência de globalização, ajudamos a perceber parte do seu caráter. Afinal, os principais trabalhos no âmbito da sociologia da globalização, embora abordem “o mundo”, dirigem-se, não obstante, a certos interlocutores ao enunciarem suas proposições, partindo de contextos histórico-sociais e campos intelectuais também específicos. De algum modo, se talvez não se deva falar de modo completamente adequado em uma teoria ianniana (ou beckiana, robertsoniana, luhmanniana, wallersteiniana etc.) da globalização, seria possível, em contrapartida, afirmar que cada uma dessas tentativas de cognição do fenômeno, com seus limites, e também achados intelectuais, ajuda a compor um quadro maior, dinâmico e ricamente diversificado de contribuições que pode, este sim, ser identificado, ainda que num sentido estrito, como um campo teórico abrangente. Dessa perspectiva, mesmo que seja insuficiente conceber uma contribuição determinada em termos de “uma teoria” da condição planetária, parece razoável referir-se a um conjunto de contribuições como teorias (no plural) da globalização.

Ainda outra maneira de observar essa mesma questão é alocando as tentativas de inteligência da globalização à posição de raciocínios de entremeio<sup>13</sup>. Através dessa ideia é possível concebê-los como construções situadas entre a aposta teórica e o diagnóstico de conjuntura social. (Note-se que, ao tratar a questão em outros termos, não contradigo o observado no parágrafo anterior.) Se nem Beck, nem Ianni – e talvez nenhum outro estudioso da problemática da globalização – lograram elaborar uma teoria coesa e abrangente que de fato explique satisfatoriamente o fenômeno

<sup>12</sup> Para uma visão geral sobre as teorias de médio alcance, ver também Boudon (1991).

<sup>13</sup> Retiro a ideia de raciocínio de entremeio de Passeron (2005).

da globalização em sua (ao menos quase) totalidade, em contrapartida dificilmente se poderia afirmar que seus escritos não possuam valor teórico, que não contribuam para a inteligência das novas configurações da sociabilidade. Não obstante, a despeito das preocupações por vezes demasiado abrangentes (teóricas, em certo sentido), tais escritos podem também ser vistos como verdadeiros relatos de história contemporânea, que buscam identificar seus momentos marcantes, suas dimensões centrais, chegando até mesmo ao arriscado exercício da previsão. “Prever para prover”, diria Ianni, ou arriscar-se a “adivinhar o futuro”, talvez dissesse Beck, com base nas tendências identificadas no hoje conjugam-se com investidas teóricas em ambos os trabalhos.

Esse caráter intermediário dificulta, por um lado, o trabalho de uma sociologia dessas sociologias, na medida em que torna pouco específico o caráter dos escritos. No entanto, essa mesma característica lhes permite privilegiar certos temas e questões, desprendendo-se, ainda que parcialmente, dos modos pelos quais elas podem ser observadas. Precisamente aqui encontra-se um campo de trabalho para sociologia dessas sociologias, e foi esta peculiaridade dos estudos globais que fundamentou a construção da cognoscibilidade de processos de globalização como objeto para o presente trabalho. Ora, uma vez que o foco recaía sobre as questões, e que tais questões possuam caráter planetário, a diversidade de suas abordagens revela-se um objeto da maior centralidade. É nessa direção que está a minha aposta. Trata-se menos de observar um fenômeno em si, mas de percorrer trilhas de pensamento e sensibilidade através das quais esse dado fenômeno pôde ser apreendido pelos que tentaram conhecer, explicar ou apenas apontar elementos na busca pela cognição da globalidade.

### 3. CONTEXTOS DE COMUNICABILIDADE

Entremeio de quê? – perguntará talvez o leitor. Afinal, se essas tentativas de cognição inserem-se em epicentros específicos do debate, qual seria o papel dos contextos nesses trabalhos? Vale a pena retornar a essa questão.



Um olhar sociológico sobre um pensamento sociológico não pode desconsiderar que tanto um quanto outro partem de determinadas condições. Pode-se dizer que eles se tornaram o que são por meio de escolhas entre outras possibilidades. E é razoável afirmar que tais características advenham de dinâmicas e ocorrências existentes nos lugares ou campos em que esses pensamentos foram mentados – o mesmo valendo para os olhares, isto é, as compreensões que se possam projetar sobre eles. Esse conjunto de elementos corresponde ao que se denomina contexto (ou cotexto): eles marcam a produção textual e persistem nela. Dito de modo mais enfático, os elementos contextuais vigem e operam nos próprios pensamentos e, além disso, interferem também na sua percepção e compreensão por parte de terceiros. E o que isso significa para os nossos propósitos? Ocorre que uma ideia como essa permite-nos suspeitar, já num plano conceitual, da existência de uma certa dissintonia entre pensamentos provenientes de diferentes contextos. De fato, como veremos nos capítulos seguintes, a observação dos processos de globalização se dá, em Ianni e Beck, de modos distintos e, malgrado haja referências semelhantes em diversos momentos (Marx, Weber, debates americanos etc.), a distância situacional interfere na cognição do fenômeno. Sim, os contextos parecem às vezes os mesmos, ganham nomes parecidos, exemplos em comum, alusões aos mesmos epicentros do debate, mas isso não quer dizer que coincidam. Os contextos interceptam a cognição, nutrindo-a de maneiras específicas.

Esse raciocínio parece razoavelmente compreensível de um ponto de vista conceitual. Porém, como isso se dá na prática do trabalho com textos como os abordados?

Contextos podem disfarçar-se por detrás das palavras. Sim, as palavras que esclarecem, registram, conferem precisão, delimitam, expressam, são as mesmas palavras que ludibriam a percepção, interferindo na cognoscibilidade dos fenômenos e das ideias sobre eles. É assim que um mesmo vocábulo pode denotar processos, estruturas ou relações categoricamente distintos. Um caso exemplar de mal-entendidos dessa natureza é a significação do vocábulo “globalismo” – como procurei mostrar, ele denota, para Beck, uma ideologia e, para Ianni, um processo. É claro que investigações

a respeito das causas desses mal-entendidos, bem como sobre a problemática da tradução numa situação de globalização não podem ser adequadamente discutidas aqui. Importa, não obstante, chamar a atenção para uma certa babelização em que frequentemente os estudos globais se encontram imersos, precisamente por apresentarem uma tendência à sobrevalorização do horizonte (ao menos ainda não inteiramente efetivo) do mundo como “um só mundo”, acompanhada da desatenção às especificidades histórico-sociais dos contextos que se materializam nas diversas línguas e linguagens, através das quais realizam-se as tentativas de comunicação<sup>14</sup>.

## PARA A COGNIÇÃO DE PENSAMENTOS: A LEITURA COMO ATITUDE

A leitura de um *corpus* como esse pode ser feita com base em uma atitude que identifiquei nos próprios sociólogos da globalização, a saber, a de uma *criação seletiva*. Ora, a ideia de criação é, por si só, provocadora. Com ela, quero chamar a atenção para três aspectos relativos ao caráter epistemológico dessas pesquisas.

*Primeiro*, o fato de que assim como há, por parte dos autores, uma eleição necessariamente arbitrária dos fenômenos que parecem mais significativos para a inteligência dos processos globais, também uma sociologia de suas sociologias pode – e talvez até mesmo deva – proceder de modo semelhante. E é preciso escolher e apontar, em meio a uma gama de ideias, aquelas que parecem mais decisivas para a compreensão dos processos globais por parte dos autores. Porém, nada disso está dado: a condição de cada ideia em meio

<sup>14</sup> Creio que não valha a pena recuperar aqui os meandros dos trabalhos sobre a chamada “virada contextualista”. Ao leitor que por ela se interesse, recomendo os trabalhos de Skinner (1978, 2002) e Pocock (2009), ligados à conhecida Escola de Cambridge de filosofia da linguagem. Também relevantes são os aportes de Luhmann sobre a formação sistêmica de campos por comunicação dadas em contextos específicos – ver, entre outros, Luhmann (1997). Por fim, cabe recordar um debate dos estudiosos de tradução, em que se questiona, como formulou Derrida (1999), “o que é uma tradução relevante”. Nessa linha, Derrida (1996, 1999) observou que traduções são um problema de leitura, isto é, da (in) capacidade por parte do tradutor de compreender, o mais próximo possível, e malgrado distâncias contextuais de linguagem, aquilo que está sendo efetivamente enunciado.

ao conjunto de um pensamento não se mostra de maneira transparente. É nesse sentido que se pode falar, a respeito da atividade do intérprete, em um *arbitrio criativo*. Sim, as escolhas são criativas precisamente na medida em que cabe ao pesquisador dessas ideias sociológicas preparar um terreno sobre o qual os aspectos cognitivos estudados possam ser trazidos à tona.

*Segundo*, a própria construção do objeto é arbitrária. Mais uma vez, o caráter da busca pela cognição de processos globais, como tratada aqui, não é um recorte baseado simplesmente num achado metodológico qualquer, porventura encontrado nas obras dos autores e transposto para a reflexão que proponho. Não. Como um construto metodológico, a *criação de um objeto* com base nos objetos de reflexão de Ianni e Beck (ou nos registros disponíveis destas reflexões), caminha em paralelo a estes últimos, numa espécie de ordem metodológica, e tem o propósito de buscar linhas de pensamento através das quais se possa compreender passagens, teses, análises, conceitos etc., posicionados com maior ou menor centralidade nos escritos.

*Terceiro*, a construção de cada explicação pode também ser vista como uma criação de sua inteligibilidade. Trata-se de, a partir da construção do objeto e da escolha de ideias, elaborar um raciocínio o mais coerente e coeso possível, a fim de instituir linhas de compreensão que tornem um pensamento, teoria ou diagnóstico, mais apreensíveis à própria reflexão. Essa explicação de explicações abre caminho à crítica – enquanto racionalização de razões – e a novas possibilidades de percepção, aplicação, apropriação e desdobramento das ideias presentes nos pensamentos estudados. Ora, tal é, por excelência, um dos objetivos do trabalho interpretativo em teoria e pensamento sociológicos.

Tendo em vista esses três aspectos, cabe ressaltar que toda criação é *seletiva*. Parece necessário adjetivá-la dessa maneira uma vez que cada passo em direção à construção do objeto, à sua investigação e explicação, implica o expediente da escolha. Às vezes, enfatizam-se certos elementos; noutros casos, procuram-se vieses ainda inexplorados na abordagem de palavras, análises, conceitos; noutros ainda, pede-se licença para, deliberadamente, ignorar<sup>15</sup>. Tem-se, portanto, um conjunto de apostas; nesse sentido, trata-se de um trabalho essencialmente autoral.

---

<sup>15</sup> Retirei a ideia de “pedir licença para ignorar” do célebre texto de Umberto Eco (1977).

## BIBLIOGRAFIA

- ARNAUT, D. 2012. “Les Sens du Connaître”. *Pontes* (UFRJ), v. 31, pp. 33-47.
- BARTHES, R. [1965] *Elementos da Semiologia*. Traduzido por Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 1996.
- BECK, U. [1986] *Risikogesellschaft* (Auf dem Weg in eine andere Moderne). Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2010.
- \_\_\_\_\_. [1997] *Was ist Globalisierung? (Irrtümer des Globalismus. Antworten auf Globalisierung)*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2007.
- \_\_\_\_\_. 2002. *Pouvoir et contre-pouvoir à l'ère de la mondialisation*. Trad. A. Duthoo. Paris: Flammarion, 2003.
- \_\_\_\_\_. *The cosmopolitan vision*. Translated by Ciaran Cronin. Cambridge: Potity Press, 2004.
- \_\_\_\_\_. 2006. “Kosmopolitierung ohne Kosmopolitik: Zehn Thesen zum Unterschied zwischen Kosmopolitismus in Philosophie und Sozialwissenschaft”. In BERLING, H. *Die Macht des Lokalen in einer Welt ohne Grenzen*. Frankfurt: Campus.
- \_\_\_\_\_. *Weltrisikogesellschaft* (Auf der Suche nach der verlorenen Sicherheit). Frankfurt a. M.: Suhrkamp, 2008.
- \_\_\_\_\_. *Nachrichten aus der Weltinnenpolitik*. Frankfurt. Suhrkamp, 2010.
- BERKING, H. “Globalisierung”, in BERKING, H.; FABER, R. (Hg.) *Städte im Globalisierungsdiskurs*. Würzburg: Königshausen & Neumann Verlag, 2002.
- \_\_\_\_\_. “Globalisierung”, in: BAUR *et.al.* (Hg.) *Handbuch Soziologie*. Wiesbaden: VS., 2008.
- BOUDON, R. 1991. “What Middle-Range Theories Are”, *Contemporary Sociology*, v. 20, n. 4, Jul., pp. 519-522. Disponível online em

- <http://www.jstor.org/stable/2071781>. Último acesso: 15/08/2013.
- BOURDIEU, P. *Ce que parler veut dire* (L'économie des échanges linguistique). Paris: Fayard, 1982.
- BROCK, D. *Globalisierung*. (Wirtschaft, Politik, Kultur, Gesellschaft). Wiesbaden: Verlag für Sozialwissenschaften, 2008.
- DERRIDA, J. *Le monolingüisme de l'autre*. Paris: Galilée, 1996.
- \_\_\_\_\_. "Qu'est-ce qu'une traduction 'relevante'?", in *Quinzièmes Assises de la Traduction Littéraire*, 1996, pp. 21-48.
- DUCROT, O. *Le dire et le dit*. Paris: Minuit, 1980.
- ECO, U. *Come si fa una tesi di laurea*. Milano: Bompiani, 1977.
- ENGEL, U.; MIDDELL, M. *Theoretiker der Globalisierung*. Leipzig: Universitätsverlag, 2010.
- FOUCAULT, M. [1970] *A ordem do discurso*. Tradução de Laura Sampaio. São Paulo: Loyola, 2007.
- GOLDSCHMIDT, V. *A Religião de Platão*. São Paulo: Difel, 1963.
- GUEROULT, M. *Descartes selon l'ordre des raisons* (2 tomes). Paris: Aubier, 1953.
- HEGEL, GH.W.F. [1820] "Introdução à Filosofia do Direito". Tradução, notas e apresentação de Marcos Lutz Müller. *Cadernos da Filosofia: Cadernos de Tradução*, n. 10, IFCH-Unicamp, 2005.
- \_\_\_\_\_. [1830] *Enzyklopädie der philosophischen Wissenschaften im Grundrisse*. Teil I, Werke 8. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1970.
- \_\_\_\_\_. *Philosophie de l'histoire de la philosophie*. Paris: Aubier-Montaigne, 1979.
- IANNI, O. *A sociedade global*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.
- \_\_\_\_\_. *Teorias da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- \_\_\_\_\_. [1996] *A era do globalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira,

2002.

\_\_\_\_\_. *Enigmas da Modernidade-mundo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

\_\_\_\_\_. *Capitalismo, violência e terrorismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

KANT, I. [1787] *Kritik der reinen Vernunft*. South Lake City: Gutenberg Projekt, 2004.

KREFF, F.; KNOLL, E-M.; GINGRICH, A. (Hg.) *Lexikon der Globalisierung*. Bielefeld: Transcript Verlag, 2011.

LUHMANN, N. *Die Gesellschaft der Gesellschaft*. Frankfurt: Suhrkamp, 1997.

MARTELL, L. *The Sociology of Globalization*. Cambridge: Polity, 2010.

MERTON, R. [1949, 1968] *Social Theory and Social Structure*. New York: Free Press.

ORLANDI, E. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 1999.

\_\_\_\_\_. *As Formas do Silêncio*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2007.

ORTIZ, R. Anotações sobre o universal e a diversidade. *Revista Bras. De Educação*, 2007, v. 12, 34, pp. 7-16.

\_\_\_\_\_. *A diversidade dos sotaques*. (O inglês e as ciências sociais) São Paulo: Brasiliense, 2008.

\_\_\_\_\_. “Globalização: notas sobre um debate”. *Sociedade & Estado*, v. 24, 2009 pp. 231-254.

PASSERON, J-C. *Le raisonnement sociologique: un espace no poppérien de l'argumentation*. Paris: Albin Michel, 2005.

POCOCK, J. *Political Thought and History: essays on theory and method*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

REHBEIN, B.; SCHWENGEL, H. *Theorien der Globalisierung*. Konstanz:

- Uni-Taschenbücher/ Universitätsverlag Konstanz Verlagsgesellschaft, 2008.
- RITZER, G. (Ed.) *Contemporary Sociological Theory*. New York: Knopf, 1988.
- ROBERTSON, R. *Globalization*. (Social Theory and Global Culture). London: Sage, 1992.
- \_\_\_\_\_. “Globalization Theory 2000+: Major Problematics”. In RITZER, G. & SMART, B. *Handbook of social theory*. London: Sage, 2001.
- SANTOS, B. S. “Os processos de globalização”. In SANTOS, B. S. (org.) *Globalização: fatalidade ou utopia?* Porto: Afrontamento, 2001.
- SASSEN, S. *A Sociology of Globalization*. New York: Norton, 2001.

